

ANTIGUIDADE, IDENTIDADE E OS USOS DO PASSADO

ANTIQUITY, IDENTITY AND THE USES OF THE PAST

Douglas Cerdeira Bonfá¹

RESUMO

Este artigo pretende, por um lado, fazer uma breve análise sobre o conceito de Antiguidade. Após explorar como os povos antigos lidavam com esta mesma ideia, comentaremos como nós, contemporâneos, a recebemos e fazemos uso da mesma. Por outro lado, apresenta um breve estudo sobre o nascimento e os objetivos da disciplina de História Antiga. A partir de uma análise interdisciplinar, espera-se enfatizar a importância da Cultura Material e da Arqueologia para uma melhor compreensão da disciplina.

Palavras-chave: Antiguidade Clássica. História Antiga. Usos do Passado.

ABSTRACT

This paper aims, on the one hand, to develop a brief analyze about the concepts of Antiquity. By examining its use within ancient civilizations we propose a commentary about how, in the contemporary societies, we have dealing and used the idea of Antiquity. On the other hand, presents a brief study about the beginnings and objectives of the Ancient History. By

¹ Pós-Graduado em História pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada.
Email: douglas.bonfa@hotmail.com.

emphasizing an interdisciplinary viewpoint, is expected to reinforce the importance of Material Culture and Archaeology for a better comprehension of the discipline.

Keywords: Classical Antiquity. Ancient History. Uses of Past.

1) INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo é trazer informações sobre os tema História Antiga, através da perspectiva metodológica Usos do Passado. Para melhor entendimento, o mesmo está dividido em subtópicos dos quais tratam respectivamente dos temas *A antiguidade entre o passado e o presente* destinado a comentar sobre a Antiguidade e como os contemporâneos a percebem, *Usos do Passado*, com o intuito de demonstrar a perspectiva metodológica que da nome ao tópico e, *A construção da Antiguidade a partir da História e da Arqueologia*, o qual demonstra a importância da arqueologia em conjunto com a História, na construção da Antiguidade.

2) A ANTIGUIDADE ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Primeiramente é necessário apresentar o que entendemos por Antiguidade. O que seria o antigo? Uma boa referência teórica para essas questões foi proposta por François Hartog. Na coletânea *Os antigos, o passado e o presente*, o autor escreve sobre como enxergamos os antigos e nossas necessidades em exaltá-los na contemporaneidade. Assim, de acordo com Hartog:

Outra modalidade contemporânea de confronto seria antes da ordem da citação, para não dizer da simples piscadela. É o caso do recurso a nomes extraídos da Antiguidade para batizar objetos que são os próprios emblemas da ciência e da técnica

modernas: míssil europeu Ariadne [...] o projeto da nave espacial Hermes ou a sonda Ulisses, como se, pela reativação desses velhos nomes, que hoje não são propriedade verbal de ninguém, se quisesse suscitar, sem nela crer efetivamente, alguma moderna mitologia. (HARTOG, 2003, p. 17).

No trecho acima, fica clara a ideia de que nós, contemporâneos, enxergamos os antigos com admiração e grandiosidade. Sendo assim, deve-se destacar que, sempre no tempo presente, utilizamos de conceitos que remetem à Antiguidade para batizar objetos novos, com o intuito de lhes dar grandeza.

Por meio de uma construção ideológica de Ocidente, o mais comum neste processo de busca do passado são as reivindicações do passado correspondente à Antiguidade Clássica, com a ideia de pertencimento ou legado da Grécia e Roma Antigas. Porém, podemos aqui fazer um adendo sobre a existência de mais perspectivas: é o caso, por exemplo, dos bretões e dos franceses, representados nas figuras da rainha bretã Boudica, a *Boadiceia* da tribo dos iceni, e do líder gaulês Vercingetórix, respectivamente, personalidades que, conforme indicado pelos estudiosos, fizeram frente às incursões da conquista romana em seus territórios, e que foram resgatados com intuito de fortalecer valores nacionais e regionais (BÉLO, 2014, p.106).

É importante destacar que os próprios “antigos” também manifestavam admiração pelo seu passado. Na mitologia, reproduzida também na tradição oral, era onde os antigos gregos encontravam o passado que lhes interessava. Levando em conta as próprias funções da tragédia, os helenos tomavam como exemplos os heróis homéricos como Aquiles, Agamenão, Menelaus, Odisseu, Heitor, Páris, Enéias (presentes nas obras *Iliada* e *Odisseia*).

Os próprios gregos também valorizavam seu passado cretense, com a grandiosidade de seus palácios, como podemos perceber no mito do Minotauro. (O mito que aqui me refiro seria o “mito” no sentido de “lenda”). Segundo Moses Finley, o mito não significava somente algo para ser lido como lazer, mas também cumpria com algumas funções específicas, como dar significado ao passado, torná-lo inteligível e compreensível (FINLEY, 1989, p. 5-7). Já no século IV a.C, Hartog diz que ela (a ideia de um passado antigo) *se caracterizou pela valorização do passado, sob diferentes formas. [...] Os oradores entoavam o canto da grandeza passada de Atenas.* (HARTOG, 2003. p.119).

O Renascimento, contexto histórico reconhecidamente entendido como uma retomada da cultura da Antiguidade, que rompe com o medievalismo e se aproxima dos antigos. A despeito das diversas querelas entre antigos e modernos, Hartog (2003) argumenta que, em diversas ocasiões, teria havido uma supervalorização dos antepassados antigos: “Nós somos anões, e os antigos, gigantes, disso não havia dúvida. E, no entanto, vemos mais longe que eles, não por mérito próprio, mas graças a eles, graças ao que eles nos legaram”. (HARTOG, 2003, p.123).

A partir daí é preciso ressaltar que não seria apenas uma retomada da Antiguidade e sim “instaurar uma nova relação” com a Antiguidade (HARTOG, 2003, p.124). É nesse momento que surgem questionamentos: O quê buscar na Antiguidade? Para quê buscar na Antiguidade? Como buscar na Antiguidade? Quais aspectos da Antiguidade deveriam estar na base dessa cultura renascentista?

Primeiramente, para fazer referência à Antiguidade é necessário, antes de tudo, conhecê-la. Não há como legitimar que algo descende da Antiguidade sem ter conhecimento para que se possa afirmar tal apropriação.

A disciplina que nos fornece informações sobre a Antiguidade é denominada História Antiga. Mas, o que podemos denominar como História Antiga?

Norberto Luiz Guarinello (2013), em seu livro *História Antiga*, nos traz uma definição. Ele nos mostra que a constituição da História Antiga nos remete ao estudo das origens do Ocidente, e é denominada como História Antiga por ser a primeira no início de uma sequência, por vezes, concebida como evolutiva: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Além dessa definição, Guarinello (2013) nos convida a refletir sobre o quão arbitrário seria o recorte feito pela disciplina, que abrange Egito e Mesopotâmia, além de Grécia e Roma, essas figurando como Antiguidade Clássica. Sendo assim, a História Antiga relega a marginalidade as demais regiões, fazendo com que nos familiarizemos com a História Ocidental, tratando as demais como a História dos outros. (GUARINELLO, 2013, p.13).

Nesse sentido, Guarinello (2013) faz ainda uma reflexão sobre a relação do Brasil com a Antiguidade:

O efeito dessa forma de reconstruir a História não é inócuo. Sua ação sobre a memória coletiva e sobre a identidade do Brasil é bastante evidente. Vemo-nos como ocidentais e os textos bíblicos, o Egito, a Mesopotâmia, a Grécia e Roma parecem-nos mais próximos que as Histórias de outros povos e regiões. [...] O problema central, para os historiadores, é o caráter implícito dessa memória. Em que medida essa sequência temporal faz sentido? Basta-nos, hoje, uma história centrada na civilização europeia? Somos nós europeus? Podemos entender a globalização apenas a partir de uma perspectiva ocidental? E, afinal, o que é o Ocidente? Quem faz parte dele? Qual sua definição primordial: o cristianismo, a democracia, o capitalismo? (GUARINELLO, 2013, p. 14).

Particularmente significativo para este estudo, portanto, são os trabalhos e ressignificações da Antiguidade Greco-Romana em outros períodos históricos. Conforme já foi apresentado por Pedro Paulo Abreu Funari (2005):

Um dos aspectos mais relevantes da História Antiga, a partir de uma visão crítica aos modelos normativos, consiste no estudos das apropriações modernas da Antiguidade, para interesses no presente. Isto significa tanto perscrutar os usos modernos do antigo, como mostrar aos estudiosos do moderno que não se pode bem entender muito da modernidade sem conhecer esses usos e reapropriações (FUNARI, 2005, p. 7).

Importância similar também foi apresentada no estudo de Glaydson José da Silva : *O estudo das apropriações do mundo antigo e de seus usos no fabrico das construções identitárias revela a importância da necessidade de um conhecimento da Antiguidade*. (SILVA, 2005, p. 24).

De acordo com Guarinello (2013), a idéia de um *Mundo Antigo* correspondente à Antiguidade Greco-Romana teria ganho forças no período do Renascimento, quando os indivíduos começaram a se interessar por um mundo existente no pré-cristianismo. Por meio do contato com textos gregos e romanos antigos começam a enxergar sentido nas construções antigas presentes na paisagem e a alguns hábitos como a agricultura e pecuária, entre outros (GUARINELLO, 2013, p.18). Também Maquiavel, à sua época, valorizava a Antiguidade, dando enfoque principalmente nos segmentos políticos e militares. Maquiavel acreditava que estariam na Antiguidade os exemplos as serem seguidos, conferindo à História, portanto, um caráter de aprendizagem, um papel de mestra da vida (*Magistra Vitae*). Conforme podemos perceber no trecho a seguir:

Caminham os homens, em geral, por estradas já trilhadas. Aquele que é prudente, desse modo, deve escolher os já percorridos pelos grandes homens, e copiá-los; sempre muito é aproveitado, ainda que não se possa seguir fielmente, pela imitação, as virtudes dos grandes. (MAQUIAVEL, 1999. p. 49).

O contexto histórico em que Maquiavel escreve a obra *O Príncipe* é o da constituição das monarquias absolutistas. O conceito de absolutismo utilizado neste estudo é aquele proposto por Perry Anderson (historiador britânico de inclinação teórica marxista, professor de História e Sociologia na UCLA), conforme apresentado pelo estudioso por ocasião de uma interpretação da transição entre o mundo medieval e a modernidade, a passagem do feudalismo ao capitalismo. Neste estudo, o autor afirma que, em meio a essa transição, o Estado absolutista serviu de mecanismo para manutenção das ordens sociais, no qual a elite feudal medieval permaneceria conservando seu poder perante aos demais no início da modernidade, ou seja, o absolutismo centralizou o poder nas mãos dos soberanos, deixando os cidadãos de fora da participação e controle na vida pública. (ANDERSON, 2004. p. 34-35).

3) USOS DO PASSADO

Interpretação similar àquela apresentada por Anderson (1974) também foi proposta por Kamila Silva e Henrique Silva por ocasião da elaboração de um verbete sobre este tema para o Dicionário *de Conceitos Históricos* (2009). Nesta proposta, o absolutismo refere-se à forma de governo em que o poder é centralizado na figura do monarca, que o transmite hereditariamente. Esse sistema foi específico da Europa, entre os séculos XVI e XVII (SILVA & SILVA, 2009, p.11).

Assim, trabalhamos com a hipótese preliminar de que as referências feitas à Antiguidade serão para legitimar essa forma de governo. É importante destacar que, assim como os antigos romanos, também existem povos que recorrem (e até mesmo forjam) a um passado com intuito de legitimar suas atitudes, identificar identidades e fortalecer suas ideologias. É interessante estudar o mito fundador de Roma, no que diz respeito à herança divina que é requisitada. Existem diversas versões deste mito, porém, as mais conhecidas fazem referência à descendência dos romanos do deus Marte e da deusa Vênus, dando sentido de povo forte com linhagens divinas, insinuando que “os deuses conspiravam a seu favor” (FUNARI, 2001, p. 79).

Não há o que rechaçar dessa atitude de busca e uso do passado, nem é essa a intenção. O questionamento que cabe nesse processo é a intenção dos conceitos resgatados. É por esse motivo que se torna necessário um conhecimento sobre o mundo antigo, para que, a partir desse, possa confrontá-lo com o que os povos reivindicam como herança.

Para delimitar o conceito de *Usos do Passado*, recorreremos aos estudos de Glaydson José da Silva (professor de História Antiga da Universidade Federal de São Paulo). As investigações de Silva (2005), com efeito, demonstraram que, com intuito de legitimação de suas atitudes, alguns povos criam uma ideia arbitrária de Antiguidade para que, com isso, consigam assimilar sua origem e sua identidade com a mesma. Na realidade trata-se de um verdadeiro forjamento, uma vez que usam o que é do seu interesse e simplesmente esquecem aquilo que não lhes convém lembrar. Nesse processo, não está descartada a possibilidade de imaginarem ou inventarem um passado, não mais resgatando a Antiguidade, mas a recriando, sempre conforme lhes for conveniente. De acordo com Silva (2005):

Justificador dos impérios modernos, o Império Romano ajuda a construir os pertencimentos, as identidades, as nacionalidades, em universo de empréstimos simbólicos, sentidos, construídos em interpretações falseadas, em muitas tentativas das nações europeias de estabelecer passados apropriados. (SILVA, 2005. p. 43).

Também o historiador britânico Eric Hobsbawm (1998) fez menção sobre a ação das nações em buscar raízes - por vezes inexistentes - na antiguidade. Como faz notar no trecho a seguir:

As nações são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. É inevitável que a versão nacionalista de sua História consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras. Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de História de identidade, antigas ou recentes. (HOBSBAWM, *apud*: SILVA, 2005, p. 47).

Um caso exemplar a ser ressaltado é a da origem dos gregos. Segundo Martin Bernal (2005), teria existido duas teorias principais para a explicação das origens da Grécia Antiga. O autor expõe que uma delas é a chamada de antiga, na qual remete a colonização da Grécia pelos fenícios e egípcios. Conflitante a essa teoria teria surgido outra vertente, denominada pelo autor como ariana. Esta última, argumenta Bernal (2005), diz sobre o povoamento da Grécia pelos povos indo-europeus (jônios, dórios e aqueus). Essa segunda teoria, no entanto, teria nascido a partir da necessidade dos povos europeus em buscar suas origens nos “gregos civilizados e democráticos” não podendo assim aceitar a origem dos gregos a partir fenícios e egípcios (BERNAL, 2005, p. 23-24).

Por ocasião da constituição dos impérios modernos no Ocidente, a partir da prática já mencionada daquilo que, no Brasil, Silva (2005) conceituou como *Usos do Passado* para a formação de suas identidades, houve a necessidade de legitimar suas atitudes. Não bastava mais identificar a origem e a formação de sua identidade com os antigos, agora era necessário legitimar seus atos a partir dos ‘antepassados ocidentais’, reivindicando as tradições herdadas como legítimas de seus antecessores e passíveis de serem (re)aplicadas. Novamente, é o historiador e professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) quem nos serve de referência:

O mundo Antigo facilmente é representado e lido em meio às características dos regimes autocráticos europeus. Autorizando e desautorizando práticas. Legitimando. Enfim, servindo como espelho da honra, poder e glória das nações e da megalomania de seus líderes. (SILVA, 2005, p. 69).

No mesmo sentido, temos a visão do estudioso Richard Hingley (2010), professor do Departamento de Arqueologia da Universidade de Durham, na Inglaterra:

A herança clássica constituiu um elemento vital nos modos como se tem imaginado e manipulado o mundo. O importante exercido nesse debate pelo saber clássico requer que nos dirijamos para o papel ideológico desempenhado pela história antiga ao longo de toda a era moderna (HINGLEY, 2010, p. 73).

Assim como os romanos subjugavam os demais povos como bárbaros, e, durante esse processo, assumiam o papel de civilizadores dos mesmos (segundo algumas historiografias das quais existem discordância), os impérios modernos dar-se-ão essa missão como herança de seus predecessores romanos. Assim sendo, o apelo ao passado teria sido uma tentativa de

legitimar seus atos políticos perante os povos que eles denominam e subjagam como bárbaros. Assim, servindo aos interesses dos impérios europeus do século XIX o passado greco-romano foi retomado, recriado e reinterpretado, sempre visando ao poder e à imposição sobre as populações nativas. Como argumenta Hingley:

Um aspecto poderoso dessa perspectiva diz respeito ao conceito romano de *humanitas*, às vezes, traduzido como “civilização”. [...] essa ideia dava uma justificativa moral, a partir da criação de uma identidade romana ideal, para o processo de imperialismo e de dominação de outras comunidades. (HINGLEY, 2010, p. 70).

De modo similar, conforme faz notar Silva (2005):

O ideal de potência, imperialismo e civilização dos modernos europeus é, dessa forma, o mesmo dos romanos, que lhes transmitiram uma espécie de missão imperial civilizatória. O poder civilizador do ocidente leva a ordem, estabelece a paz e faz imperar o progresso; é a romanização a livrar os povos da barbárie. (SILVA, 2005, p. 43).

Cabe aqui ressaltar que essa suposta missão civilizatória é inevitavelmente questionável. Estudos dizem que essa herança romana requisitada pelos impérios europeus modernos trata-se de uma visão distorcida da Antiguidade Romana: Hingley (2010), com efeito, defende que o processo instaurado pelos romanos em suas províncias não se tratava de inclusão ou exclusão dos povos conquistados, mas, na realidade, tratava-se de uma discussão sobre romanização (civilizar os bárbaros), no qual o autor acredita ter havido uma comunicação entre as culturas provinciais e a romana: não podendo haver, portanto, uma imposição direta, mas sim, uma relação marcada pelo sincretismo cultural. Reivindicando uma perspectiva

interpretativa que não hierarquize os elementos culturais dos personagens envolvidos, Hingley (2010) observa que:

Em outras palavras, essas pessoas não estavam, necessariamente, buscando seu próprio jeito local, sua maneira regionalmente distinta, de “tornarem-se romanos”, mas mantendo o núcleo de sua identidade cultural, adotavam algumas inovações poderosas que os assistiam a viverem suas vidas de maneiras novas, em ocasiões de mudanças políticas. (HINGLEY, 2010, p. 89).

Para chegar a essa perspectiva Hingley (2010) ressalta a importância de se questionar a historiografia tradicionalista que estava a mercê dos documentos e estudos com focos imperiais. Descreve a necessidade do uso da Arqueologia e dos estudos locais para chegar à perspectiva da província perante o Império sem reduzi-la a signos de inferioridade cultural.

Quando se trata do estudo de História, não somente no caso da História Antiga, mas também no estudo de outros períodos históricos, é necessário estar atento às diferentes posições apresentadas por autores que defendem perspectivas diferentes, não ficando preso, deste modo, a uma única hipótese tendenciada de antemão a um resultado previsto. Não há como ser imparcial quando se trata do estudo da História, porém, deve-se levar em consideração todas as perspectivas sem preconceitos antes de chegar a uma conclusão.

No caso do estudo dos *Usos do Passado* antigo, merece destaque as palavras de Silva (2005):

(...) Não raro, a Antiguidade tem sido percebida a serviço de uma certa lógica justificadora e legitimadora, onde se pode ver, ao longo do século XX, suas ligações com questões identitárias nacionais, com regimes autoritários, com racismo, com machismo e com práticas políticas e sociais de toda sorte;

contudo, o estudo da antiguidade clássica não precisa reforçar preconceitos nem constituir-se em elemento de opressão. (Silva, 2005, p. 29).

É interessante pensar que a História se desenvolve no presente. É no tempo presente que o historiador realiza seu trabalho. O historiador, portanto, ao analisar sociedades não contemporâneas devem levar em consideração o tempo presente das mesmas, ou seja, qual era o contexto em que esses indivíduos estavam inseridos? Qual era o seu presente?

O contexto histórico não só condiciona as ações dos objetos de estudo, como também influencia sobre o trabalho do historiador. Para desenvolver sua pesquisa, o historiador precisa fazer escolhas, decidir qual o tema a ser trabalhado, qual metodologia e perspectiva teórica serão utilizadas. O tempo presente em que o historiador está inserido é determinante em suas escolhas, não há impessoalidade, não é possível abrir mão da subjetividade do narrador em seus trabalhos. Os interesses do historiador estão relacionados ao presente e suas perspectivas. Na introdução da coletânea *Repensando o Mundo Antigo*, Funari endossa essa postura teórica, e salienta que: *Um dos aspectos mais relevantes das História Antiga, a partir de uma visão crítica aos modelos normativos, consiste no estudo das apropriações modernas da Antiguidade, para interesses no presente.* (FUNARI, 2005, p. 7).

Partindo da perspectiva de que o historiador não desenvolve um trabalho impessoal, mas que, ao analisar um documento ele deve ter o cuidado de entender que este também é compreendido pela subjetividade de quem o escreveu. Portanto, existe também a necessidade do estudo do contexto em que foi produzido determinado documento. Logo, tem-se que: *As raízes da explicação histórica encontram-se sempre, no presente,*

nas sociedades e culturas de determinados períodos, na qual se insere o historiador. (BURGUIERI apud: FUNARI, 2003, p. 17).

Sendo o documento histórico um constructo derivado da subjetividade de quem o escreve sobre influência do contexto em que está inserido, a ele é atribuída uma função, um sentido. Sendo assim, entendido como um discurso histórico, agregando uma nova necessidade a ser observada: Quem o escreve, para quem ele é escrito e por quê? Segundo perspectiva apresentada por Funari: *A noção de que todo conhecimento expressa-se, necessariamente, como um discurso implicou o reconhecimento da importância de sua autoria e de seu público, assim como da forma e conteúdo desse discurso.* (FUNARI, 2003, p.18).

Mesmo a História sendo derivada do homem e de sua subjetividade, no entanto, é fundamental reconhecer que ela foi fundada sob postulados de caráter científico. Segundo a proposta de Guarinello:

(...) Ela [a História] se apropria de seu objeto, o passado, do mesmo modo que as demais ciências: buscando um conhecimento possível e controlado sobre os acontecimentos e as ações humanas no passado e tentando interpretá-los (GUARINELLO, 2013, p. 10).

Os historiadores baseiam-se em materiais do passado que resistiram ao tempo para montar suas perspectivas. A História não chega a uma verdade absoluta, e sim a teorias diversas que são passíveis de debates, mas que mantêm sua cientificidade graças aos documentos que as embasam.

4) A CONSTRUÇÃO DA ANTIGUIDADE A PARTIR DA HISTÓRIA E DA ARQUEOLOGIA CLÁSSICA

A História Antiga não trata da história do mundo, mas sim de um *recorte bem específico do passado: o das origens do Ocidente* (GUARINELLO, 2013, p.13). Assim sendo, aceitamos a ideia de pertencimento ao Ocidente e é essa História Antiga que, a partir do século XIX, é reproduzida (com maior ou menor crítica) nas escolas e universidades, como já mencionado.

Não teria sido por acaso que a História Antiga surge nesse período. Ao contrário, ela surge num processo de formação de identidade das nações europeias, e foi utilizada junto ao aparato ideológico dos Estados nacionais como produtora de memórias sociais. De acordo com Guarinello: *A identidade de uma pessoa, um grupo ou uma coletividade inteira é o que lhe permite pensar sobre si mesmo, repensar seu passado e reconhecer seus limites e suas potencialidades para construir seu próprio futuro.* (GUARINELLO, 2013, p. 8).

A identidade social é construída nas atividades interpessoais dos indivíduos no seu dia-a-dia. Tal construção é influenciada por memórias hereditárias, mas também são influenciadas por hábitos comuns do cotidiano como músicas, filmes, religiões, etc. Novamente, é Guarinello (2013) quem nos convida a repensar a relação entre nação, História e identidade. Segundo o estudioso da Universidade de São Paulo:

No mundo contemporâneo, o Estado é o maior e mais eficaz produtor de memórias sociais. Ele necessita dessa produção da memória para sua própria legitimidade, mas, sobretudo, para manter uma identidade nacional e cívica, para dar sentido a sua existência como parte da vida dos cidadãos e da própria ideia de nação (GUARINELLO, 2013, p. 9-10).

Mas, de que maneira nos chegam esses conhecimentos sobre o mundo antigo, e que são tão significantes para serem usados como na constituição de nossas identidades e, por vezes, são reproduzidos e estão presentes em nosso cotidiano? Segundo Funari (2001), a Antiguidade está presente em nosso cotidiano, seja em filmes, livros, na religião (Bíblia, celebrações), ou no âmbito acadêmico, através do estudo das disciplinas de História Antiga e Arqueologia Clássica (FUNARI, 2001, p. 09).

O estudo da História Antiga nos possibilita o acesso e o contato com textos clássicos e documentos oficiais da antiguidade. Isso é possível por conta do trabalho de monges copistas na idade média. Esse processo era seletivo, o que resultou no esquecimento de incontáveis obras, por determinantes políticos e religiosos (FUNARI, 2001, p. 76-78).

A inauguração dos estudos de História Antiga no Brasil por intermédio do Professor Eurípides Simões de Paula, na Universidade São Paulo. Segundo os professores Margarida Maria de Carvalho (UNESP) e Pedro Paulo Funari (UNICAMP), teria sido apenas nas últimas décadas do século XX, que a História Antiga ganharia forças na academia, percorrendo um processo que seguia dos grandes centros, indo em direção às universidades mais afastadas. O contexto em que a disciplina se espalha pelo país compreende o período em que os militares estavam no poder. Esse fator foi determinante para moldar os objetos de estudos e os conteúdos ministrados pelos professores da área. Assim, os conteúdos eram passados de maneira maniqueísta, através de um método considerado positivista, aos moldes do governo militar. Essa situação só iria se reverter a partir da abertura política na década de 1980, quando a disciplina História Antiga viria a acompanhar os avanços historiográficos propostos pelo historiador estadunidense Moses

Finley, com uma perspectiva voltada mais para os ramos da História Social e Cultural, ganhando maior força na década de 1990 (CARVALHO & FUNARI, 2007).

Como já mencionado, a bibliografia a que hoje temos acesso chegou até nós através das escolhas feitas pela Igreja medieval, além de documentos oficiais escritos por governantes e pela elite. Esses escritos nos transmitem uma história contada por um determinado setor da sociedade antiga. Essa situação gera um estigma para a disciplina, como se a mesma fosse reprodutora de um discurso elitista, sendo usada como manutenção do “poder e superioridade” de algumas nações. (GARRAFFONI, 2007, p.16).

A nova perspectiva, que aproxima a História Antiga das demais disciplinas de humanas, como a Sociologia, por exemplo, reconfigura o modo de pensar a Antiguidade a partir do meio social, na tentativa de demonstrar como viviam as demais camadas da população. Para que esse processo fosse possível, entra em cena outro objeto de pesquisa: a cultura material. Diferente dos textos – que usualmente demonstram a visão da elite sobre a antiguidade - as fontes materiais não fazem distinção entre as pessoas. Como definição de cultura material, recorremos ao estudo do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, da Universidade de São Paulo. Segundo Meneses (1985):

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, da forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetos e projetos. Assim o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como

coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalizações), ou ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica) (MENESES, 1985, p. 12).

A disciplina que vem a contribuir crucialmente nos âmbitos da cultura material, por excelência, é a Arqueologia. A partir da Arqueologia, com efeito, tem sido possível estudar os aspectos das camadas menos favorecidas: setores sociais da antiguidade que aparecem apenas indiretamente na literatura oficial que chegou até nós.

A Arqueologia surge no século XVIII, em substituição ao antiquarismo. A arqueologia transformou em ciência o estudo de fontes materiais, que antes era feito de maneira amadora pelos antiquaristas e colecionadores. Em princípio foi instaurada na universidades Européias, por “interesse dos Estados pelo patrimônio monumental de seu passado levando-os à apropriação dos mesmos e influenciando assim, os rumos da pesquisa arqueológica” (FUNARI & GRILLO, 2015, p. 25-27).

Os vestígios materiais chegam a nós sem intervenção, chegam em estado natural, diferentemente dos escritos, que trazem consigo um valor discursivo aristocrático. As fontes materiais, em sua maioria, nos fornecem informações sobre o cotidiano dos antigos. Conforme designação apresentada por Renata Garraffoni (UFPR):

(...) elas constituem um instrumento versátil para conhecermos as visões de mundo de pessoas simples, escravos, libertos, livres de condição pobre, mulheres, enfim, sujeitos que constituíram parte do Império romano, mas que nem sempre foram ouvidos pela historiografia clássica. (GARRAFFONI, 2007, p. 21).

Na medida em que a produção do conhecimento histórico (mas também o arqueológico) está diretamente relacionado ao contexto ao qual pertence, poderíamos argumentar no sentido de reivindicar um espaço acadêmico próprio em âmbito brasileiro, ou o conhecimento produzido no Brasil seria apenas reprodutor das tendências elaboradas nos grandes centros da Europa e dos Estados Unidos? Entre os estudiosos brasileiros, especialistas da História Antiga e da Arqueologia Clássica, a resposta é negativa.

A perspectiva interpretativa brasileira para História Antiga e para a Arqueologia Clássica tem muito a contribuir. Como indicado por Funari & Grillo (2015):

A situação brasileira pode ser muito fértil, na medida em que nossas realidades sociais, econômicas e culturais podem nos ajudar a perceber as civilizações antigas de outra forma, menos condicionadas pela riqueza e pelo capitalismo] que dominam aquelas tradições. O imperialismo associado de maneira umbilical e inexorável, à Arqueologia Clássica das grandes potências, adquire contornos muito diversos, quando observados de um país periférico e vítima, antes que beneficiário, da ação imperial moderna. (FUNARI & GRILLO, 2015, p.19-20).

Talvez o não pertencimento ao eixo central europeu dos estudos clássicos - Inglaterra, Itália, Alemanha, França – seja o fator determinante que configura o Brasil (representado aqui por seus estudiosos) em posição favorável a perceber as civilizações antigas de maneira diferenciada, assim podendo contribuir com uma perspectiva inovadora para a temática.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto até aqui, acreditamos ter sido possível perceber as mudanças ocorridas desde a fundação da disciplina até os nossos dias. De uma criação imbuída de preceitos políticos que foram condicionantes na escolha do recorte a ser feito nos objetos de estudos dos quais ela abrangeria. Com o objetivo de legitimar a suposta vitória do ocidente sobre o oriente, visando transparecer um sentimento de superioridade e pertencimento ocidental, resultando na justificação e legitimação de regimes autoritários. Até o início de sua transformação iniciada no final dos anos 80, quando essa viria a acompanhar os processos de renovação da historiografia, o qual teria um caráter social, afastando-se do estigma que a rotulava como disciplina conservadora e positivista.

O papel do historiador, do docente de história, seja qual for o nível em que esse leciona, é o de continuar rompendo com o antigo rótulo que perseguiu, e, em alguns casos, ainda persegue, a disciplina História Antiga. É o caso, portanto, de romper as barreiras entre passado e presente. Estudar a Antiguidade não somente na e pela Antiguidade, mas também criar pontes que liguem o passado com as discussões contemporâneas, comparar conceitos como democracia, república e até mesmo escravidão: conceitos que têm feito parte da história de nosso país, e que ainda existem no nosso cotidiano com o legado cultural dos antigos.

É possível, e inclusive já tem sido feito no Brasil, estudar e o ensino sobre a Antiguidade a partir de novos conceitos que abrangem questões de primeira importância para os nossos dias, como gênero, raça e sexualidade, entre outros. Para tanto, além da reflexão permanente acerca dos atributos da disciplina, também é necessário fazer o uso das perspectivas teóricas aqui

apresentadas, da Cultura Material, da Arqueologia: sempre com o intuito de deixar de legitimar superioridades, preconceitos e autoritarismos.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 2004.
- BÉLO, Tais Pagoto. *Um estudo preliminar sobre Boudica e a memória coletiva britânica*. Cadernos do LEPAARQ (UFPEL), v. 11, p. 105-121, 2014.
- BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como ferramenta para o colonialismo e para hegemonia europeia. In FUNARI, P.P.A.(Org.) *Repensando o Mundo Antigo* - Martin Bernal, Luciano Canfora e Laurent Olivier: Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.
- CARVALHO, Margarida Maria de & FUNARI, Pedro Paulo A. *Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações*. História vol.26 no.1 Franca 2007 in <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742007000100002> (acesso 05/01/2016).
- FINLEY, Moses I. *Uso e abuso da História*. Livraria Martins Fontes, Ed. Ltda, São Paulo, 1989.
- FUNARI, Pedro Paulo A. & GRILLO, José Geraldo Costa. *Arqueologia Clássica - o cotidiano de gregos e romanos*. Ed. Prismas. Curitiba, 2015.
- FUNARI, Pedro Paulo A. *Antiguidade Clássica: A História e a Cultura a partir de documentos*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo A. *Grécia e Roma*. Ed. Contexto. São Paulo, 2001.
- GARRAFFONI, Renata Senna. *Felicitas Romanas: Felicidade Antiga, Percepções Modernas*. História: Questões & Debates, Curitiba, n 46, p.13 - 29. Ed. UFPR, 2007.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. Coleção História na Universidade. Editora Contexto: São Paulo, 2013.
- HARTOG, François. *Os Antigos, O Passado e o Presente*. Ed. UnB, Brasília, 2003.

- HINGLEY, Richard. *O Imperialismo Romano - novas perspectivas a partir da Bretanha*. UFPR/UNICAMP/CAPES/ ANNABLUME, São Paulo, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Ed. Nova Cultura Ltda. 1999, São Paulo.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. Revista de História, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1985.
- SILVA, Glaydson José. *História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sobre o regime de Vich (1940 - 1944)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. Ed. Contexto, São Paulo, 2009.